

RACISMO, NEO-RACISMO E ANACRONISMO CIENTÍFICO

MANUEL LARANJEIRA RODRIGUES DE AREIA*

«Criança ainda, queria ser branco para que os brancos me não chamassem negro. Homem, queria ser negro, para que os negros me não odiassem» (Pepetela, 1993, Mayombe, p. 12).

1. A teoria das duas raças (na Europa)

Alguns dos conflitos mais recentes em diferentes populações (Hutus / Tutsi em África; Sérvios / Bósnios e Croatas na ex-Jugoslavia, etc.) têm levado alguns autores a tentar uma história na perspectiva conflitual de populações que se opõem por razões de origem étnica e basicamente diferenças físicas de matriz racial. É neste sentido que M. Kilani (1997) apresenta uma curiosa teoria das «duas raças» desenvolvida ao longo de gerações na Europa, onde mito e observação científica se casam perfeitamente. Talvez a teoria dualista de C. levi-Strauss, segundo a qual o nosso cérebro funciona por oposições binárias, possa dar um contributo inestimável para apreciação de muitas oposições e algumas confrontações.

Em termos de evocação pessoal não posso deixar de testemunhar o espanto do director do Musée Royal de l'Afrique Centrale (Tervuren, Bruxelas) quando, ao descrever a minha experiência do terreno, expliquei de que forma os trabalhadores Cokwe da Diamang (Companhia de Diamantes de Angola) desempenhavam com brio as suas tarefas, mesmo as mais arriscadas (diria sobretudo as mais arriscadas), como manobrar complicadas escavadoras na remoção de terras. A surpresa do meu interlocutor era tal que insistiu: «mas eram mesmo Cokwe»? É que do outro lado da fronteira, no Katanga (hoje Shaba), observava o director, os Cokwe são considerados incompetentes. Quem executa essas tarefas são os Luba, vistos como um grupo superior.

* Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

O raciocínio não é muito diferente dos conceitos de contaminação étnica (anos 30) e limpeza étnica (anos 90 na ex-Jugoslávia), embora apresente um referencial diferente: antes era raça agora é a cultura.

Estamos na linha do relativismo cultural (ou do culturalismo americano) que fez época como reacção às teorias racistas e se apresenta hoje numa perspectiva triunfalista e isolacionista trazendo implícito um relativismo moral e cognitivo que leva, no limite, ao diferencialismo absoluto, à naturalização da xenofobia e, por fim, à própria negação da partilha de uma natureza comum a todos os humanos (ver MARQUES, 2000).

O multiculturalismo (cheio de boas intenções) tem veiculado muitos suportes a estes novos racismos de matriz cultural e às «identidades assassinas» (MAALOUF, 1999) dos nossos dias.

Não falta sequer uma componente judaico-cristã neste messianismo cultural, até porque se é indiscutível que o essencial da mensagem cristã é o «agapé» de salvação para todos, continua a militar a ideia que «os deuses dos pagãos são demónios» (ver PINA - CABRAL, 1992), e esta demonização recria uma espécie de raças culturais que, não sendo superiores nem inferiores (como o racismo clássico pretendia), são diferentes e por isso privilegia a diferença a tal ponto que a essencializa, produzindo constantemente minorias étnicas e reforçando até ao limite a dinâmica dos processos identitários.

Já não é apenas o evitar da assimilação em que os grupos minoritários se «perderiam» nas grandes comunidades, mas a recusa de qualquer forma de partilha cultural para preservar *ad eternum* a identidade cultural.

Todos os grupos humanos que sobreviveram até hoje evoluíram no tempo partilhando genes, características físicas e «artes de sobrevivência» (MORGAN, 1877) e é suposto admitir que se houve linhas puras quer no sentido biológico quer no aspecto cultural, essas linhas puras há muito se extinguíram. Interrogando-se sobre a origem da exogamia nas práticas do casamento, TYLOR (1889) ensaia uma teoria sobre os grupos humanos primordiais que aparecendo em diferentes pontos da terra (o registo fóssil actual não contraria, favorece antes a ideia de diferentes berços da humanidade) ter-se-iam confrontado com um dilema sempre que novos grupos se encontraram: «to marry out or be killed out» é a hipótese vigorosa de Tylor em que mais tarde C. LEVI-STRAUSS, (1946) viria a fundamentar o seu raciocínio para explicar a proibição do incesto como reverso da medalha da necessidade de reciprocidade e aliança (ou seja o «marry out» de Tylor). Não é preciso ir muito longe na especulação sobre teorias antropológicas para entender que as estratégias de cooperação (via alianças matrimoniais, culturais ou outras) são construtivas porque inovadoras. A outra alternativa («be killed out») não tem história.

É uma evidência no mundo dos seres vivos que a super-especialização orgânica é um caminho sem regresso. As linhas puras não têm futuro. Toda a dinâmica evolutiva é de permuta de informação genética (reprodução sexuada) e de troca de invenções e adaptações culturais.

A globalização actual está a acelerar o processo, já muito óbvio em muitas regiões, de muitos países assumirem cada vez mais que são multiculturais e multiétnicos. Se os meios modernos de comunicação permitem aos grupos emigrados manter laços fortes com o país de origem e assim evitar a assimilação ou seja a completa integração e total apagamento do grupo, e essa é uma preciosa conquista do nosso tempo, é por outro lado fundamental que não se favoreçam os mecanismos que levam ao integrismo activo (por iniciativa do grupo minoritário) ou reactivo (como defesa à hostilidade exterior). A antropologia pode e deve desempenhar um papel operante no estudo destes grupos com o objectivo declarado de facilitar uma integração cooperativa, sadia, criativa que evite tanto o integrismo isolacionista como a desintegração assimilacionista.

Se hoje ninguém pode aceitar a ideia da assimilação «tout court» que defendia que um grupo, «porque inferior e minoritário, se integrasse no outro superior e maioritário», também é óbvio que os neo-racismos se afirmam no contexto dos grupos não integrados que no limite, estando fora de todas as formas cooperativas, acabariam por desaparecer.

O equívoco neo-racista não tem futuro mas pode entretanto fazer muitos estragos, sobretudo quando os reflexos do passado ainda se mostram activos como no caso da invenção de três raças para classificar as actuais populações angolanas.

3. Anacronismo científico ou «a raça do talvez» (em Angola)

«Trago em mim o inconciliável e este é o meu motor. Num universo de sim e não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não para quem quer ouvir sim e significa sim para quem quer ouvir não». (Pepetela Mayombe 1993, p. 14).

A facilidade com que em pouco tempo se passou de um racismo epidérmico (tendo por essência referencial a oposição das cores branco/negro) ao racismo cultural (neo-racismo) em que o aparente zelo pela preservação das diferenças culturais do outro leva à recusa prática desse mesmo outro, suscita a discussão, uma vez mais, do que é afinal a raça.

Entre nós o assunto mereceu mesmo um colóquio (Maio de 1996) de que resultou um pequeno volume com o título: «O que é a raça? Um debate entre Antropologia e Biologia» (Lisboa, Espaço Oikos, 1997), em que o contributo dos diferentes autores merece ao menos, uma breve referência.

Verificando-se que as variações dentro de uma mesma população são mais evidentes do que as variações de uma população para outra, é obvio que não tem sentido falar de raças humanas numa perspectiva de Antropologia biológica; daí a afirmação titular no contributo de A. Amorim: «Bases genéticas das raças humanas ou um colosso com pés de barro», (p. 13-18).

Debruçando-se sobre o conceito de raça, P.G. Mota mostra que não é por as ciências naturais serem darwinistas que se desenvolveu o conceito de raça; bem pelo contrário, o essencialismo racial (implícito, aliás, em muitos textos de ciências sociais) é anterior à noção de evolução (ver comunicação: «A essência da raça: variações sobre o conceito de raça», p. 29-41).

Constatando a utilidade das tradicionais diferenciações, ditas raciais, para um caso particular de Antropologia aplicada, a Antropologia Forense, E. Cunha reconhece a impossibilidade de relacionar o esqueleto com a raça (ver texto: «O esqueleto humano e a raça: breve apontamento de uma relação sem sentido», p. 51-63).

Complementando estes contributos da Antropologia Biológica com os da Antropologia Social e Cultural verificamos que à pergunta: «ainda podemos falar de raça? A raça enquanto conceito sociológico», J. F. Marques entende que, apesar de tudo, o descritivo «raça» continua a ser pertinente (p. 69), enquanto L. Souta sugere que se deixe o conceito «raça» por ser inútil e pernicioso e seja substituído pelo de etnia (p. 44).

A questão é aprofundada com o contributo de M. Vale de Almeida ao mostrar como se passou do racismo biológico ao determinismo cultural quando a Antropologia (entenda-se a Antropologia Social) introduziu um corte radical entre o homem e a natureza e como, em consequência, recusando os laços humanos comuns, a pretexto de preservar as diferenças (culturais) se rejeitou os que são diferentes (ver : «Misto, crioulo e cidadão... notas para um humanismo integral», p. 19-28).

Nesta discussão alargada sobre o que é a raça percebe-se melhor o anacronismo recente (1996) da invenção da 3ª raça (mestiça, além de branca e negra), «a raça do talvez» descrita magistralmente por Pepetela (texto em epígrafe) a que um grupo de políticos democraticamente eleitos chegou (Lei nº 17/1996 da Assembleia Nacional de Angola sobre os elementos de identificação que devem constar no Bilhete de identidade). (REIS, 2003).

Quem conhecer, ainda que sucintamente, o sinuoso percurso do conceito de raça aplicado aos humanos no contexto histórico das ciências da natureza liderado pelo grande cientista Lineu (*Systema Naturae*, 1730), sabe que o fundador do método classificatório transpôs para o manual académico quatro espécies de humanos, divididos pelos continentes conhecidos, diferenciando-as pelo óbvio, a cor da pele (como as raízes fasciculadas ou raízes aprumadas das plantas) e assim o género humano (genero *Homo*) abarcava quatro espécies distintas: *Homo americanus*, *Homo europaeus*, *Homo africanus* e *Homo asiaticus*.

Já tinha havido muitos indivíduos resultantes de cruzamentos entre estes grupos mas ainda não estava afinado o conceito genético que atribui à mesma espécie indivíduos que se cruzam entre si e dão descendentes férteis. Se assim fosse, Lineu teria alterado imediatamente a sua classificação reduzindo as quatro espécies propostas a uma só. Isso veio de facto a acontecer mas ficou a matriz deste equívoco classificatório das quatro espécies que, não o sendo, persistiram como quatro raças (conceito muito mais vago e flexível em que as diferenças comportam a interfecundidade entre as diferentes raças).

Sendo, embora, uma classificação errada a de Lineu relativamente ao conceito de espécie que se veio a estabelecer, a taxonomia proposta teve o mérito de situar o Homem na natureza, junto de plantas e animais que são o seu meio, ultrapassando a abstracta e estéril referência medieval do *animalis rationalis* que não tinha favorecido nenhum avanço sobre o conhecimento objectivo do Homem.

A naturalização do género *Homo* poderia ser um passo antecipado para uma visão de equilíbrio, à época ainda possível, entre humanos e meio ambiente. Mas esta primordial classificação nasce afectada, também ela, por um irreparável pecado original, fruto do exacerbado etnocentrismo da época.

Se a cor da pele servia perfeitamente de referencial classificatório, como as raízes e as folhas das plantas e como as escamas do répteis, já o património moral atribuído às quatro espécies (que depois são quatro raças) releva da pura fantasia etnocêntrica. Assim o cientista Lineu avança cegamente para uma caracterização das raças que depois faz doutrina:

- *Homo americanus*: vermelho, obstinado regendo-se por costumes.
- *Homo europaeus* : branco, inteligente, regendo-se por leis.
- *Homo asiaticus* : amarelo, rude, regendo-se por opiniões.
- *Homo africanus*: preto, manhoso, regendo-se por caprichos.

Esta mistura do óbvio e do preconceito vai marcar desde logo a origem da Antropologia como disciplina académica e pode-se dizer que só caiu definitivamente com os crimes do nazismo e o horror do holocausto.

